

ANC X

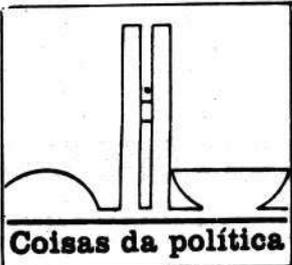
Ass Const

# Navegar é preciso, sendo bom no timão

Luiz Orlando Carneiro

ENTRE os dias 21 e 23, em esforço concentrado, estará sendo aprovada, com remendos significativos, mas preservada em sua substância — qualquer que seja o substitutivo da comissão mista — a emenda constitucional de iniciativa do Presidente Sarney dando poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em novembro de 1986. Sem uma base parlamentar estável, num clima de exacerbação pré-eleitoral e de turbulência social, cada vez mais agravado pelo nó ainda não desatado da gravíssima conjuntura econômico-financeira, o Presidente terá vencido, com algumas escoriações, a primeira batalha de uma guerra que apenas começa.

A tramitação da Emenda Sarney (nada mais que o cumprimento *tout court* de um dos compromissos fundamentais da aliança responsável pela retumbante eleição de Tancredo Neves) acabou sendo um parto difícil de quatro meses de ações e inações, sístoles e diástoles, resultante de uma negociação peculiar que se tornou habitual entre o Chefe do Governo, seu Conselho político e as lideranças partidárias com maior ou menor representatividade no Congresso.



Coisas da política

Mas essa tramitação, ainda mais emolada por um relator que não considera o PMDB o partido do Governo, e o ato final esperado — a aprovação da emenda em sua essência, com a rejeição ou abrandamento de questões polêmicas destinadas a radicalizar o processo político — permitem ao Executivo tirar, desde já, algumas lições de maior utilidade para as próximas batalhas que culminarão com a guerra final pela sucessão presidencial:

1. Os trompetistas da esquerda radical, que podem hoje solar dentro e fora do Congresso sem precisar usar surdinas, como antigamente, fizeram muito ruído, mas não conseguiram tirar proveito do “momento histórico” para impor a tese da Constituinte revolucionária, muito embora tenham nichos estratégicos em escalões secundários de um governo ideologicamente heterodoxo. O Congresso reflete a *mood* do país, e vice-versa. Pernambuco, ou melhor, Recife, é uma boa referência. O candidato mais radical à prefeitura, Jarbas Vasconcelos (PSB-PMDB) perde terreno para o moderado Sérgio Murilo (PMDB-PFL) e para o conservador Augusto Lucena. O Governo, ao contrário do presidente do PMDB, o Deputado Ulysses Guimarães, não precisa pedir espaço para Jarbas Vasconcelos, nem para a minoria radical à qual tem feito mais concessões do que politicamente necessita.

2. Votada nominalmente a emenda dando a este Congresso o poder de instituir a Assembléia Constituinte, o Governo terá, pela primeira vez, uma radiografia mais nítida das forças com que pode contar, incondicional

ou condicionalmente; daquelas com que não poderá contar nunca; e até daquelas que não pode desprezar, depois de conhecidos os resultados de 15 de novembro.

3. O PFL, com seus cento e poucos deputados, 17 senadores, quatro ministros e sete governadores, terá de ser levado mais a sério, mesmo que o Deputado Maurício Campos seja derrotado em Belo Horizonte, que o Deputado Rubem Medina não se eleja prefeito do Rio, e que o personalíssimo Jânio Quadros amargue mais um dissabor em sua ziguezagueante carreira política. Se o partido de Aureliano Chaves, Marco Maciel e Olavo Setúbal conquistar São Paulo, Belo Horizonte, o Rio e, indiretamente, Recife — o que parece improvável — passa a ser o partido do Governo, imantando a “maioria silenciosa” do PMDB. Caso contrário, terá feito seu primeiro recenseamento eleitoral que, ao que tudo indica, será expressivo. É bom lembrar que as eleições de novembro serão, principalmente, nas capitais dos estados, em cuja maioria o PMDB sempre ganhava, mesmo no Nordeste. O PFL, no entender de seus líderes, mesmo não fazendo nenhum prefeito de capital — o que também é improvável — não deixará de ser uma daquelas forças com que o Presidente Sarney poderá contar — e terá de contar — para formar o Ministério de 1986. O seu Ministério. Aquele que deixa de ser herança confortável para determinadas desculpas e passa a ser um grande desafio para o herdeiro de Tancredo Neves.

4. Neste particular, vencida a batalha da emenda constitucional e conhecidos os resultados de novembro

(elefantíase do PMDB ou sua redução às proporções de partido majoritário, mas não açambarcador), o Presidente corre de todo jeito o risco da “prevalência do surto clientelista”. A expressão é de um executivo de um importante grupo empresarial brasileiro, que analisa: “Os atuais ministros poderiam ser trocados por políticos “reservas” sem pretensões eleitorais em 1986 e baixa competência administrativa. O agravamento das condições gerenciais do país, hoje já muito precárias, seria inevitável, com reflexos altamente negativos no desempenho da economia e na imagem interna e externa do Governo”.

Em suma, o Presidente Sarney impondo, embora com concessões que não abalam seu prestígio nem sua base militar, a emenda convocatória da Constituinte, tem direito a um certo alívio, até que falem as urnas do mês que vem. Mas, quaisquer que sejam esses resultados, não pode perder de vista, sob pena de lhe fugir totalmente o controle da situação, o que o analista acima citado chama de “capacidade do Governo de acumular créditos políticos no curtíssimo prazo (manter a inflação estável, segurar o déficit público, conter pleitos salariais irrazoáveis e não ceder às pressões municipalistas), aumentar a arrecadação de impostos e equacionar com nitidez a questão da dívida externa”.

O Presidente, que é poeta, sabe muito bem que “navegar é preciso”, mas estará também consciente de que um bom timoneiro deve ter um braço longo e um braço curto.

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília